

Conviver bem na escola e a ética

Sônia Maria Gomes Araújo

Universidad Interamericana - PY

Resumo: Em tempos de crise em diversas dimensões da vida contemporânea, é essencial enfatizar o papel crucial da escola na formação de valores que fomentam a construção de indivíduos solidários, cooperativos, empáticos e justos. Este texto objetiva destacar os princípios da educação orientada para a convivência ética, apresentando experiências educativas inspiradoras que têm o potencial de transformar realidades. Por meio de um estudo bibliográfico, evidenciou-se que há uma ausência de consenso entre os educadores em relação à sua responsabilidade na formação dos valores sociomoraes dos alunos, evidenciando que essa função ainda se apresenta como bastante deficitária em nossas instituições de ensino. Ademais, observa-se uma diversidade significativa de concepções entre os membros da comunidade escolar acerca da natureza dessa educação e das melhores estratégias para sua implementação. Torna-se imprescindível que essa questão seja tratada com a devida seriedade, com vistas à promoção de uma formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: Escola. Ética. Formação. Valores.



Recebido em: fev. 2024. Aceito em: jul. 2024.

DOI: 10.56069/2676-0428.2024.477

Por uma Educação Científica: Saberes, Vivências e Práticas

Agosto, 2024 v. 3, n. 20

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428





Living well at school and ethics

Abstract: In times of crisis in various dimensions of contemporary life, it is essential to emphasize the crucial role of the school in the formation of values that foster the construction of solidary, cooperative, empathetic and fair individuals. This text aims to highlight the principles of education oriented towards ethical coexistence, presenting inspiring educational experiences that have the potential to transform realities. Through a bibliographic study, it was evidenced that there is a lack of consensus among educators in relation to their responsibility in the formation of students' socio-moral values, showing that this function is still quite deficient in our educational institutions. In addition, there is a significant diversity of conceptions among the members of the school community about the nature of this education and the best strategies for its implementation. It is essential that this issue be treated with due seriousness, with a view to promoting a comprehensive education of students.

Keywords: School. Ethics. Training. Values.

El buen vivir en la escuela y la ética

Resumen: En tiempos de crisis en diversas dimensiones de la vida contemporánea, es fundamental enfatizar el papel crucial de la escuela en la formación de valores que promuevan la construcción de individuos solidarios, cooperativos, empáticos y justos. Este texto tiene como objetivo resaltar los principios de la educación orientados a la convivencia ética, presentando experiencias educativas inspiradoras que tienen el potencial de transformar realidades. A través de un estudio bibliográfico, se evidenció que existe una falta de consenso entre los educadores en relación a su responsabilidad en la formación de los valores sociomorales de los estudiantes, mostrando que esta función aún es bastante deficiente en nuestras instituciones educativas. Además, existe una importante diversidad de concepciones entre los miembros de la comunidad escolar sobre la naturaleza de esta educación y las mejores estrategias para su implementación. Es fundamental que este tema sea tratado con la debida seriedad, con miras a promover una formación integral de los estudiantes.

Palabras-chave: Escuela. Ética. Adiestramiento. Valores.

Introdução

A escola sempre se constituiu como um ambiente essencial para a aprendizagem da convivência entre os indivíduos. É nesse espaço que se manifestam indisciplinas, violações de normas e diversas formas de violência, o que evidencia a urgência de tratar a convivência como tema central nas investigações acadêmicas. Essas pesquisas devem respaldar a formulação de políticas, normativas e legislações, além de metodologias e ações eficazes para a prevenção, especialmente em relação a problemas mais sutis nas relações entre pares. Embora menos frequentes, questões como o bullying e sua vertente virtual, o cyberbullying, se apresentam como desafios mais complexos e cruéis.

Ao mesmo tempo, a escola exerce um papel crucial na formação e preservação dos avanços humanos obtidos ao longo do tempo. Sua função primordial é educar meninos e meninas, garantindo a qualidade ética nas interações, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Este dossiê aborda questões urgentes e pertinentes que emergem das necessidades de crianças e adolescentes em busca de um espaço de bem-estar em suas instituições de ensino, conforme previsto em seu direito garantido por lei à aprendizagem da convivência.

Essas dificuldades foram acentuadas pela pandemia. Durante esse período, educadores, alunos e instituições tiveram que se adaptar ao trabalho remoto por meio de plataformas digitais, transformando as escolas em "escolas sem paredes".

Sentimentos como medo, tristeza, angústia e desânimo tornaram-se comuns entre todos nós, independentemente da idade, refletindo no aumento dos diagnósticos de depressão e ansiedade em crianças, adolescentes e adultos. As pesquisas apresentadas mostram que aqueles que enfrentam crises necessitam de apoio no processo de reconstrução, especialmente as crianças e adolescentes que dependem das relações que desenvolvem no cotidiano.

Diante desse contexto, a questão que se impõe é: como lidar com as complexidades do extenso período de afastamento das escolas e com a urgente necessidade de prevenir violências, bem como promover uma convivência positiva? Este artigo busca oferecer respostas a essas indagações. Nossas investigações identificaram a urgência de políticas públicas que capacitem os professores de maneira estruturada, ao invés de implementações pontuais. Também se destacou a importância de ouvir os educadores na construção de programas de formação que abordem temas relevantes.

Ademais, as pesquisas indicam a inclusão de novas temáticas na rotina escolar, como a cyberconvivência e o sofrimento emocional, além da promoção de ações proativas que incentivem uma convivência respeitosa e empática. A importância da colaboração entre a escola e a rede de proteção social também é enfatizada, devendo atender às demandas emocionais dos alunos, especialmente no contexto pós-pandemia.

As investigações e reflexões contidas neste dossiê foram desenvolvidas por um grupo comprometido em valorizar o conhecimento gerado na universidade pública, buscando reconhecimento e ação. Os resultados dessa pesquisa culminaram em um conjunto de recomendações dirigidas a todos que se preocupam com o futuro das políticas educacionais no Brasil. Ao final deste intenso período de trabalho, conseguimos sintetizar em dez recomendações os principais achados. Este espaço não se limita à apresentação, mas se transforma em uma oportunidade de compartilhar nossos esforços, iniciando pelos resultados que simbolizam a resistência de todos que acreditam na convivência e na qualidade ética como prioridades na educação das crianças brasileiras.

Análise do Clima e da Convivência Escolar

Dentre as recomendações oriundas das investigações realizadas, destaca-se uma lição primordial: é vital entender como os alunos percebem e sentem sua realidade em um determinado momento. Essa compreensão é

fundamental para qualquer proposta que vise melhorar o clima e a convivência no ambiente escolar. Avaliar a qualidade do clima escolar sob essa ótica permite identificar dificuldades e potencializar o desenvolvimento pessoal e da comunidade educativa (MILICIC, 2001).

Além disso, sublinha-se a importância da convivência nas instituições, que frequentemente se limita aos resultados acadêmicos (PASCUAL, 1995; JARES, 2006; URUÑELA, 2018). Nossa pesquisa sobre o clima relacional nas escolas paulistas revelou questões relevantes para a formulação de políticas voltadas à melhoria da convivência, pois há problemas importantes que não podem ser ignorados no contexto digital atual, como as cyberagressões.

Além disso, a insubordinação frente às regras foi uma queixa comum entre professores e equipes gestoras. No entanto, são os alunos que frequentemente relatam situações de humilhação nas interações com docentes e gestores, além de visualizarem de forma negativa as abordagens da escola para resolução de conflitos. Os dados evidenciam a vulnerabilidade social das escolas, mostrando como essas questões podem impactar as políticas sociais, especialmente em áreas mais desfavorecidas.

Os resultados também ressaltaram a presença de bullying, um tema que exige um programa estruturado e planejado para prevenir a violência, cujas consequências muitas vezes são irreversíveis (TOGNETTA; FODRA; BONI, 2020). Esses dados ressaltam que havia um sentimento de temor entre os estudantes nas relações com seus colegas, indicando que a base para uma aprendizagem acadêmica, moral e social – o bem-estar nas relações de confiança e cooperação – deveria ser priorizada.

As informações sobre o clima escolar também revelaram a presença de violência, embora em menor frequência, sendo mais percebida pelos estudantes do que pelos professores. Isso evidencia a urgência de uma política de proteção e, ainda mais, a formação dos pares para diagnóstico, intervenção e transformação do ambiente escolar. Todos os benefícios proporcionados pela análise do clima relacional são essenciais para atender às necessidades de todos os que fazem parte da escola (TOGNETTA, 2022). Entretanto, essas informações precisam ser tratadas de maneira eficaz, pois,

caso contrário, correm o risco de se tornarem meros dados políticos sem um impacto real.

A Elaboração de um Plano para a Convivência

Esta é a segunda recomendação derivada das pesquisas realizadas: a transformação é efetivada por meio da implementação de um plano contínuo de ações. Como já mencionado, é fundamental que haja um planejamento sistemático e intencional. A política deve contemplar as questões levantadas por aqueles que vivenciam tais realidades (CASASSUS, 2001).

É essencial estabelecer parcerias com organizações que atuem nas competências socioemocionais, levando em consideração os aspectos que os jovens identificam como negativos em suas interações com educadores, como a ausência de intimidade, acolhimento e afeto, de acordo com os dados coletados. Dessa forma, optar por um plano de convivência em lugar de propostas que, apesar de parecerem convergentes, divergem em suas bases teóricas, apenas gera mais complicações, ao invés de soluções eficazes.

Essa realidade foi claramente observada ao longo das investigações realizadas. A escolha por programas focados em saúde mental e competências socioemocionais é, em nossa perspectiva, uma decisão política que não reconhece que a melhoria nos resultados acadêmicos, segundo as avaliações governamentais e internacionais, está intrinsecamente ligada às percepções sobre as relações interpessoais e a convivência escolar. Esta última engloba tanto a saúde mental (considerando as ressalvas debatidas nos artigos sobre sofrimento emocional) quanto as competências socioemocionais.

Para os alunos, suas percepções de que suas habilidades e aprendizados são valorizados pelos professores impactam diretamente suas notas e, conseqüentemente, seu processo de aprendizagem. Essa valorização ocorre quando se cria um ambiente adequado para discussão de problemas, participação em assembleias e aprendizado com docentes que adotam uma

linguagem acolhedora, priorizando a construção de consensus em vez da punição (ARÓN; MILICIC, 1999).

Por fim, a implementação de uma política educacional que busca solucionar os problemas de violência nas escolas, tanto os já existentes quanto os que possam surgir no futuro, demanda uma escuta atenta de quem vivencia essa realidade e uma abordagem focada, sustentada por uma base teórica que fundamente a atuação colaborativa entre docentes, gestores e alunos para o desenvolvimento de um programa de convivência. É igualmente relevante considerar aspectos que, embora não sejam novos, ganharam destaque durante a pandemia de Covid-19.

Novas Dimensões do Clima Relacional e da Convivência

A pandemia e o distanciamento nas interações, aliados à falta de valorização dos dados coletados pelo órgão competente, tornaram inadequadas as dimensões avaliadas para o retorno às aulas presenciais após dois anos de isolamento. Torna-se, assim, imperativo considerar novas dimensões pertinentes. Fundamentados em investigações prévias que já indicavam o sofrimento emocional e as experiências da convivência remota, propomos um novo questionário direcionado a crianças e adolescentes.

Ao analisarmos os dados, identificamos desafios significativos que a sociedade e as escolas enfrentam nesse retorno. É evidente que as crianças e adolescentes foram impactados e necessitam de um ambiente escolar que contemple suas emoções e sentimentos.

Os resultados revelaram que o sofrimento emocional se manifesta tanto nas emoções quanto em comportamentos que podem colocar vidas em risco. Embora os índices de tristeza, choro, medo e sintomas de ansiedade pareçam baixos, são sinais claros de que muitos jovens estão enfrentando dificuldades, corroborando pesquisas realizadas durante este período. Nossos achados sublinham a necessidade de uma atenção especial aos grupos de crianças que já apresentam sintomas de sofrimento, especialmente diante de desafios online que ameaçam suas vidas e as de outros.

Ademais, a alarmante quantidade de estudantes que se automutilam exige uma análise cuidadosa, principalmente em relação às questões de gênero, uma vez que adolescentes do sexo feminino revelam níveis mais elevados de sofrimento emocional. Este aspecto se torna crucial, especialmente em tempos nos quais a equidade nas relações é frequentemente negligenciada (JARES, 2006; LAHR; TOGNETTA, 2021). Portanto, reforçamos nossa terceira recomendação: é essencial repensar as relações interpessoais nas escolas, considerando tanto as relações cibernéticas quanto as intrapessoais, além das questões emocionais que permeiam a experiência humana. Urge a implementação de um plano intencional para abordar essas questões emocionais.

Plano Intencional de Trabalho com Questões Emocionais

As investigações realizadas indicam urgentemente a necessidade de reestruturar o currículo educacional para que este aborde as questões emocionais que influenciam nossas crianças e jovens. É imprescindível que tal currículo inclua, de maneira intencional, o trabalho com as questões emocionais e suas inter-relações.

Crianças e adolescentes passaram a enfrentar as consequências do isolamento social. A diminuição das oportunidades de socialização e a falta de espaços para escuta nas escolas, ainda que simples, resultaram em impactos significativos que devem ser adequadamente considerados. As atividades propostas neste projeto, que envolvem literatura, jogos, dinâmicas de representação oral e escrita, além de intercâmbios entre jovens, ressaltam a urgência de dar continuidade a essa iniciativa essencial.

É crucial lembrar que parte desse trabalho intencional se desenvolve nas interações cotidianas. De acordo com a abordagem construtivista que orienta nossas práticas, as "competências socioemocionais" não são ensinadas apenas por meio de livros, mas sim através de relações de confiança e respeito, com trabalhos em pequenos grupos, discussões sobre convivência,

cooperação e resolução de conflitos que promovem a responsabilização e a empatia.

Adicionalmente, é necessário criar espaços e estratégias pedagógicas bem estruturadas para estimular conversas e trocas de ideias sobre medos, tristezas, angústias e alegrias, onde todos se sintam ouvidos, acolhidos e valorizados (TOGNETTA, 2003; TOGNETTA, 2009). Enquanto persistirmos na ideia de que o trabalho em grupo serve apenas para resolver dificuldades pedagógicas e que a educação moral deve ocorrer por meio de disciplina rígida (VINHA et al., 2021), o quadro identificado nas pesquisas não se transformará, nem entre os estudantes, nem entre suas futuras famílias.

Em suma, a escola deve ser um ambiente de acolhimento, escuta e partilha, permitindo que crianças e adolescentes escolham e expressem seus sentimentos, não apenas na primeira semana de aulas, mas de forma contínua. Como nossas escolas poderão atender a tantas recomendações? Quais caminhos devemos seguir?

Promoção de uma convivência virtual respeitosa

Diante do isolamento social que vivenciamos, necessidades que já eram relevantes antes da pandemia de Covid-19 tornaram-se ainda mais evidentes: a interação no ambiente digital. O convívio online não representa apenas uma extensão das interações presenciais, mas uma parte essencial da nossa realidade, especialmente considerando o aumento significativo da exposição de crianças às telas desde a infância.

Embora a internet ofereça vantagens ao conectar pessoas distantes, também revelou desafios nas relações humanas. As situações denominadas cyberagressão ou agressão virtual englobam violência, exposição e humilhação, frequentemente mediadas por celulares, internet e redes sociais. É fundamental reconhecer que essas agressões afetam negativamente a saúde mental e o bem-estar de crianças e adolescentes, resultando em danos substanciais.

Além de entender os problemas que permeiam o ambiente virtual – como cancelamentos, linchamentos virtuais, sexting, shaming, discursos de ódio e Fake News – é essencial promover espaços de convivência saudáveis e respeitosos para os jovens.

Colocar-se no lugar do outro e reconhecer os sentimentos alheios pode auxiliar na construção de ambientes virtuais mais respeitosos. A noção de que os pais devem controlar o acesso dos filhos aos celulares é questionável. Nossos dados indicam que a ausência de dispositivos não diminui a incidência de cyberagressões entre adolescentes. De maneira semelhante, a presença ou não de um computador em casa não correlaciona com uma diminuição das agressões: a maioria dos ataques ocorre independentemente desse fator.

Nossas pesquisas sugerem que as meninas são mais afetadas por esses problemas e requerem maior apoio para desenvolver uma autoimagem positiva, desconstruindo padrões de beleza e moda que prejudicam suas relações e seu bem-estar.

Como podemos agir? Através de propostas que incentivem o diálogo, o compartilhamento de experiências e um trabalho colaborativo para identificar as questões na comunidade escolar. Não podemos relegar as discussões sobre convivência virtual à margem das escolas. Um currículo que promova respeito e relações saudáveis é aquele que, no presente, proporciona a meninas e meninos a oportunidade de refletir sobre essas questões.

Em suma, é vital vivenciar e refletir sobre relações virtuais justas, compreendendo o impacto da humilhação e do desrespeito. Essa reflexão é fundamental para uma escola que “não tem mais paredes”.

Onde encontrarão abrigo nossas crianças e adolescentes?

A escola, a família e a rede de proteção são essenciais. Na escola, os profissionais precisam estar preparados para lidar com novos desafios, como exploraremos em recomendações futuras. É fundamental enfatizar que a escola tem o dever de orientar e apoiar famílias que enfrentam dificuldades

relacionadas ao comportamento de seus filhos, impactados pelo isolamento social e pelas interações virtuais, além dos problemas emocionais exacerbados pela Covid-19. É crucial ajudar os pais a entenderem que, assim como os adultos, crianças e adolescentes também vivenciam medo, ansiedade e tristeza. Devemos auxiliar as famílias na criação de ambientes que promovam a escuta e o diálogo, permitindo que os jovens expressem seus sentimentos. Além disso, é necessário orientá-las na construção de vínculos que protejam as crianças diante das novas experiências digitais. Essas iniciativas são fundamentais, respaldadas por pesquisas que realizamos e propostas de cuidado e proteção discutidas com educadores, especialmente em um período em que a escola se tornou um ambiente doméstico. É evidente o aumento da violência doméstica, e meninos e meninas frequentemente não tinham com quem contar, uma vez que a escola é um espaço essencial de proteção (FIOCRUZ, 2020; REZERA; D'ALEXANDRE, 2020). A abordagem da escola em relação às famílias deve ser vista não como um ato de generosidade, mas como uma questão de justiça, considerando que a escola conta com profissionais dedicados ao "desenvolvimento humano" (VINHA; TOGNETTA, 2013). Isso não significa sobrecarregar as escolas, mas reconhecer que quanto mais integrados e coordenados forem os espaços de educação, mais sólidos serão os laços humanos necessários para a vida em sociedade. Assim, a escola não caminha sozinha em sua missão de proteger e educar (LAHR, 2022).

Nossas pesquisas destacam a importância da articulação entre os diversos serviços que atendem as novas gerações. Os dados revelam uma preocupação fundamental: a necessidade de formação contínua para educadores e gestores sobre os papéis de diferentes órgãos e serviços que apoiam crianças, adolescentes e suas famílias, além dos encaminhamentos apropriados para resolver questões de convivência escolar. Nossos estudos apontaram um conhecimento insuficiente sobre como agir em situações de indisciplina e problemas de comportamento, resultando em encaminhamentos inadequados, especialmente entre gestores escolares.

Participar de reuniões intersetoriais com a rede de proteção e alinhar ações para enfrentar os desafios dos adolescentes nas escolas é uma

recomendação emergente de nossas investigações. Ademais, é vital que a escola se conecte a outros serviços da comunidade, fortalecendo sua atuação. Isso pode ser feito por meio de ligações telefônicas, reuniões periódicas ou participações em fóruns de discussão, como os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente. Portanto, é imprescindível que os educadores conheçam e se engajem nesses conselhos. A escola deve ser um espaço de formação humana, garantindo o respeito e a dignidade das crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora da instituição (LAHR; TOGNETTA, 2021; OLIVEIRA et al., 2020; SILVA; ALBERTO, 2019; VIEIRA, 2009).

Nossa experiência indica que muitos educadores desconhecem a existência desses conselhos. Em relação a ações e políticas voltadas à gestão pública, nossos dados evidenciam a necessidade de uma atuação integrada entre diferentes setores. Isso requer um alinhamento das políticas públicas, com a efetiva participação da Política de Educação na elaboração de fluxos municipais (CAIDEN; WILDAVSKY, 1980; LINDBLOM, 1979; WILDAVSKY, 1992). Apesar dos avanços nas legislações que garantem os direitos de crianças e adolescentes, percebemos que as políticas públicas ainda atuam de maneira fragmentada, dificultando o trabalho dos profissionais que lidam diretamente com demandas complexas, intensificadas pela pandemia. Nos tempos pós-pandêmicos, essa rede de proteção deve operar com ainda mais eficácia! Portanto, é essencial discutir as questões de convivência nas escolas e sua relação com os órgãos de proteção, para que a escola possa realmente cumprir seu papel protetivo.

Considerações finais

O presente texto visa salientar a relevância da educação na promoção da convivência ética, entendida como uma responsabilidade essencial das instituições de ensino, equiparada à instrução em disciplinas convencionais. Esta necessidade torna-se ainda mais urgente no cenário atual, que é caracterizado por diversas crises que comprometem as formas de vida solidárias, respeitosas e justas no convívio social. Pesquisadores ressaltam

que, por um lado, nos deparamos com uma crise de valores que é permeada pelo individualismo, onde predomina a mentalidade do "cada um por si"; por outro lado, observamos uma crescente heteronomia, em que os indivíduos se submetem de maneira passiva a normas impostas por autoridades, frequentemente em benefício de um grupo restrito.

Nesse cenário, a educação, respaldada em seu compromisso histórico e legal com o desenvolvimento integral do cidadão, deve empenhar-se em promover a autonomia, tanto intelectual quanto moral. Para alcançar tal objetivo, são fundamentais a definição clara de intenções, a elaboração de princípios orientadores, o comprometimento, o planejamento e a implementação de práticas específicas.

Referências Bibliográficas

ARÓN, A. M.; MILICIC, N. **Clima social escolar y desarrollo personal**. Un programa de mejoramiento. Santiago: Editorial Andrés Bello, p. 117-123, 1999.

CAIDEN, N.; WILDAVISKY, A. **Planning and budgeting in developing countries**. New York: John Wiley, 1980.

CASASSUS, J. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 7-28, nov. 2001.

JARES, X. R. **Pedagogía de la convivencia**. Barcelona: Graó, 2006.

LAHR, T. B. S. **Territórios vulneráveis**: Os problemas de convivência na escola e a rede de proteção. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2022.

LAHR, T. B. S.; TOGNETTA, L. R. P. Proteção e bem-estar na escola: Um emaranhado de nós para desatar em contextos pós-pandêmicos. **Tópicos Educacionais**, v. 27, n. 1, p. 62-78, 2021.

LINDBLOM, C. E. Still Muddling, not yet through. **Public Administration Review**, v. 39, n. 6, p. 517-526, nov./dez. 1979.

MILICIC, N. **Creo en ti**: La construcción de la autoestima en el contexto escolar. Santiago: LOM, 2001.

PASCUAL, E. Incidencia de las condiciones laborales e institucionales en el desempeño profesional de los educadores de enseñanza media. **Revista Pensamiento Educativo**, v. 16, n. 1, p. 245-264, 1995.

SILVA, A. C. S.; ALBERTO, M. F. P. Fios soltos na rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 1-13, 2019.

TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**: Uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

TOGNETTA, L. R. P. **A formação da personalidade ética**: Estratégias de trabalho com afetividade na escola. Campinas, SP: Mercado de letras, 2009.

TOGNETTA, L. R. P. (org.). **Bullying e convivência**: Em tempos de escolas sem paredes. Americana: Editora Adonis, 2020.

TOGNETTA, L. R. P. (org.). **A Convivência como Valor nas Escolas Públicas**: A implantação de um Sistema de Apoio entre Iguais. Americana: Editora Adonis, 1 ed. 2022.

URUÑUELA, P. M. N. **La gestión del aula**. Madrid: Narcea Ediciones, 2018.

VIEIRA, R. E. Democracia e políticas públicas: O novo enfoque da gestão pública na construção de espaços públicos de participação no Estado de Direito no Brasil. **Direitos Fundamentais e Democracia**, v. 6, p. 1-19, 2009.

VINHA, T. P. et al. A educação para o desenvolvimento da autonomia e a militarização das escolas públicas: uma análise da psicologia moral. In: ABRAMOVAY, M. et al. **Reflexões sobre convivências e violências nas escolas**. Brasília, DF: Flacso, 2021.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. **A comunicação entre escola e família por meio dos bilhetes ou notificações eletrônicas**. Almeria, 2013.

WILDAVSKY, A. **The policy of budgetary process**. 2 ed. Boston: Little and Brown, 1992.